



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.174, DE 2023
(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética - PATEN.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-327/2021.

EM DECORRÊNCIA DESTA APENSAÇÃO, DETERMINO A INCLUSÃO DA CFT NA DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA PARA SE PRONUNCIAR SOBRE SEU MÉRITO E SUA COMPATIBILIDADE OU ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. ARNALDO JARDIM)

Institui o Programa de Aceleração da
Transição Energética – PATEN.

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA - PATEN**

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Aceleração da Transição Energética – PATEN.

Parágrafo único. O Poder Executivo indicará, mediante decreto, os órgãos responsáveis pela regulamentação, supervisão e execução do PATEN.

Art. 2º Constituem objetivos do PATEN:

I - fomentar o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável, especialmente aqueles relacionados a infraestrutura, pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica;

II - aproximar as instituições financiadoras das empresas interessadas em desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável; e

III - permitir a utilização de créditos detidos pelas pessoas jurídicas de direito privado, junto à União, como instrumento de financiamento.

Art. 3º Para fins desta Lei, consideram-se projetos de desenvolvimento sustentável aqueles que se destinem à execução de obras de infraestrutura, pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação



tecnológica, que proporcionem benefícios socioambientais ou mitiguem impactos ao meio ambiente.

§ 1º Os projetos de que trata o caput deste artigo devem estar relacionados aos seguintes setores prioritários:

I - desenvolvimento de tecnologia e produção de combustíveis renováveis, como:

- a) etanol de segunda geração;
- b) bioquerosene de aviação;
- c) biodiesel;
- d) biometano;
- e) hidrogênio verde;

II - expansão da produção e transmissão de energia solar, eólica, de biomassa e de outras fontes de energia renovável, bem como a capacitação técnica, pesquisa e desenvolvimento de soluções relacionadas a energia renovável; e

III - substituição de matrizes energéticas poluentes por fontes de energia renovável.

§ 2º Os critérios de análise, os procedimentos e as condições para aprovação dos projetos serão estabelecidos na regulamentação desta Lei.

Art. 4º O PATEN compõe-se dos seguintes instrumentos:

I - Fundo de Garantias para o Desenvolvimento Sustentável – Fundo Verde; e

II - transação tributária condicionada ao investimento em desenvolvimento sustentável.

Seção I Fundo Verde



Art. 5º Fica criado o Fundo Verde, fundo de aval de natureza contábil, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de garantir, total ou parcialmente, o risco dos financiamentos concedidos por instituições financeiras para o desenvolvimento de projetos no âmbito do PATEN.

Parágrafo único. O Fundo Verde será composto por créditos detidos por pessoas jurídicas de direito privado perante a União.

Art. 6º As pessoas jurídicas que tenham projeto de desenvolvimento sustentável aprovado, nos termos da regulamentação a que se refere o § 2º do art. 3º, poderão integralizar ao fundo de que trata o art. 5º créditos de que sejam titulares perante a União.

§ 1º Poderão ser integralizados ao Fundo Verde:

I - precatórios e direitos creditórios decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado em face da União;

II - créditos tributários, inclusive escriturais, relativos aos seguintes tributos:

a) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep;

c) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação

d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins;

e) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação.

§ 2º A integralização dos créditos é condicionada:

I - na hipótese de que trata o inciso I do § 1º deste artigo, à apresentação de certidão emitida pelo tribunal competente, que contenha os



dados necessários para a completa identificação do crédito e de seu beneficiário; e

II - na hipótese de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, à prévia homologação em procedimento próprio pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

§ 3º É vedada a integralização de créditos que sejam objeto de demanda judicial que possa alterar sua titularidade, validade ou exigibilidade.

Art. 7º A pessoa jurídica que integralizar créditos ao Fundo Verde receberá quotas de participação em valor equivalente ao montante integralizado.

§ 1º A garantia disponibilizada pelo Fundo Verde será equivalente ao valor das quotas distribuídas.

§ 2º As quotas de participação no Fundo Verde são intransferíveis, ressalvadas as hipóteses de execução da garantia em virtude de inadimplemento do financiamento ou de sucessão empresarial decorrente de operação de reorganização societária, nos termos previstos na regulamentação desta Lei.

Art. 8º O crédito integralizado ao Fundo Verde, enquanto permanecer nessa condição, não poderá ser utilizado para compensações pela pessoa jurídica que o integralizar.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de restituição de crédito ou de pagamento de precatório integralizados, o valor será pago ao Fundo Verde, que o reterá até que seja realizada a complementação ou a substituição da garantia.

§ 2º A pessoa jurídica poderá complementar ou substituir a garantia por meio da integralização de dinheiro em espécie.

Art. 9º É autorizado à pessoa jurídica retirar os créditos integralizados ao Fundo Verde, mediante o cancelamento das quotas correspondentes, desde que resguardado o montante necessário para garantir as operações de financiamento contratadas.



Art. 10. A remuneração do administrador do Fundo Verde será definida em ato da autoridade monetária, vedada a remuneração do administrador em percentual superior a 1% (um por cento) ao ano sobre o valor dos ativos do Fundo Verde.

Art. 11. Os riscos de crédito assumidos no âmbito do Paten por instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, incluídas as cooperativas de crédito, serão garantidos pelas quotas do tomador regularmente constituídas.

Parágrafo único. Os agentes financeiros assegurarão que, no âmbito do Paten, a garantia pelo Fundo Verde seja concedida exclusivamente para financiamento de projetos aprovados em conformidade com o § 2º do art. 3º, vedado ao agente financeiro prever contratualmente obrigação ou reter recursos para liquidação de débitos preexistentes.

Art. 12. A garantia concedida pelo Fundo Verde não implica isenção dos tomadores de suas obrigações financeiras, os quais permanecem sujeitos a todos os procedimentos de recuperação de crédito previstos na legislação.

Parágrafo único. A recuperação de créditos inadimplidos que excederem a garantia prestada pelo Fundo Verde será realizada pelos agentes financeiros concedentes do crédito ou por terceiros contratados pelos referidos agentes, observada a legislação aplicável e os termos contratuais.

Art. 13. Na hipótese de inadimplemento do financiamento contratado, a execução da garantia ocorrerá por meio da transferência das quotas do Fundo Verde e do crédito subjacente ao agente financeiro.

Parágrafo único. O agente financeiro que receber as quotas em razão da execução da garantia, no âmbito do Fundo Verde, poderá utilizá-las para compensação com débitos próprios perante a União.

Art. 14. Poderão aderir ao Fundo Verde, por meio de convênio firmado com a União, os Estados que autorizem em lei específica a integralização de precatórios estaduais e de créditos dos contribuintes referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).



Parágrafo único. Na hipótese de que trata o caput deste artigo, será de responsabilidade do Estado a prévia verificação da validade e homologação dos créditos que serão integralizados.

Seção II

Transação tributária condicionada ao investimento em desenvolvimento sustentável

Art. 15. A pessoa jurídica que tenha projeto de desenvolvimento sustentável aprovado, nos termos da regulamentação a que se refere o § 2º do art. 3º, poderá submeter proposta de transação individual de débitos que possua perante a União, suas autarquias e fundações públicas, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

§ 1º Em relação à hipótese de transação de que trata este artigo:

I - é autorizada a concessão de desconto nas multas, nos juros e nos encargos legais, independentemente da avaliação do grau de recuperabilidade dos créditos, observado o limite previsto no inciso II do § 2º do art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020; e

II - o valor da parcela para pagamento do saldo dos valores transacionados, após a concessão dos descontos a que se refere o inciso I deste parágrafo, poderá ser calculado com base em percentual da receita bruta auferida pelo respectivo projeto de desenvolvimento sustentável, observados os limites previstos no inciso III do § 2º do art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e no art. § 11 do art. 195 da Constituição Federal.

§ 2º Implicará a rescisão da transação a execução do projeto de desenvolvimento sustentável em desacordo com os termos e prazos fixados em sua aprovação.

Art. 16. O art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 11.



§ 13. Sempre que possível, na celebração das transações, serão considerados e perseguidos objetivos e ações de desenvolvimento sustentável, devendo-se buscar efeitos socioambientais positivos a partir das concessões recíprocas que decorrerem do negócio.” (NR)

Capítulo II DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O mundo caminha, por adesão ou por constrangimento, para a transição de fontes fósseis para fontes renováveis. A emergência climática é realidade que causa temor, inibe o desenvolvimento e acirra as desigualdades. O Brasil assumiu e reiterou compromissos para reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE), mudar seu padrão de emissões e pode ser não algoz, mas líder mundial da nova economia verde, a economia de baixo carbono. Para tanto, precisamos acelerar nosso passo, consolidar iniciativas e ter ousadia na busca de fontes de financiamento.

Em 2022, os Estados Unidos e países-membros da União Europeia anunciaram planos de implementação de suas transições energéticas estruturados na concessão de subsídios. O governo norte-americano disponibilizou U\$ 479 bilhões (equivalente a R\$ 2,35 trilhões) para o desenvolvimento de projetos que incluem a transição energética, a implementação de plantas de hidrogênio verde e biocombustíveis e a concessão de incentivos para a renovação da frota veicular. Já a União Europeia disponibilizou cerca de € 357 bilhões (equivalente a R\$ 1,93 trilhão) em incentivos para o desenvolvimento de projetos de substituição dos combustíveis fósseis, geração de energias renováveis e partilha de riscos em investimentos em estágios iniciais de transição energética.



Tais dados revelam investimento, pelos governos norte-americano e europeu, de recursos equivalentes a aproximadamente 43% do PIB brasileiro em incentivos estatais para a transição energética. A realidade brasileira é bastante distinta. A despeito de sua vocação natural para o desenvolvimento de energias renováveis, o Brasil perde suas vantagens comparativas na produção e comercialização de combustíveis como o hidrogênio verde, diante dessas ofertas de subsídios financeiros em países desenvolvidos.

A presente proposta tem por objetivo endereçar essa situação e apresentar duas soluções para desenvolver a infraestrutura e a pesquisa tecnológica verdes em nosso país, ao criar mecanismos que permitam o uso do estoque de créditos de elevado montante, que se encontram disponíveis, mas paralisados por questões jurídicas. O Programa de Aceleração da Transição Energética – PATEN, ora proposto, visa possibilitar o uso da dívida tributária e dos créditos tributários dos contribuintes para a expansão da infraestrutura e da pesquisa voltadas ao desenvolvimento sustentável.

De forma a contextualizar o impacto da proposta, esclarece-se que o total de créditos que as pessoas jurídicas de direito privado possuem junto à União, como precatórios e créditos em cadeias produtivas voltadas à exportação – cuja compensação é dificultada pela ineficiência do sistema tributário brasileiro –, somam cerca de R\$ 800 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional¹.

Do outro lado, apenas no âmbito federal, o total de crédito tributário e não tributário inscrito em Dívida Ativa da União para cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é de cerca de R\$ 2,7 trilhões². Mesmo com os diversos instrumentos e iniciativas recentes para o aumento da arrecadação da dívida pública, a recuperabilidade anual é cerca de R\$ 39 bilhões, ou seja, menos de 1,5% ao ano.

A soma desses recursos – R\$ 3,5 trilhões, ou o equivalente a 35% do PIB brasileiro de 2022 – representa o volume de dinheiro represado e sem

¹ Secretaria do Tesouro Nacional. Relatório Contábil do Tesouro Nacional: Uma Análise dos Ativos, Passivos e Fluxos Financeiros da União. Junho de 2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-contabil-do-tesouro-nacional-rctn/2022/114>

² Idem. Fls. 22-23.



aplicabilidade imediata em favor da sociedade e do desenvolvimento nacional. Viabilizar o uso de tais recursos é, portanto, essencial para fomentar investimento produtivo em áreas estratégicas.

O presente projeto de lei propõe transformar o estoque acumulado de ineficiências tributárias e financeiras (tanto créditos como débitos da União) em instrumentos de alavancagem e de pavimentação de uma infraestrutura sustentável no país, por meio de dois instrumentos principais, a seguir descritos.

1. Criação do Fundo de Garantias para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Verde)

A criação de um fundo garantidor de investimentos, no formato de fundo de aval, busca viabilizar empréstimos com taxas de juros mais atrativas, sem a necessidade de subsídios, a pessoas jurídicas de direito privado que sejam detentoras de créditos tributários perante a União.

Do ponto de vista operacional, o patrimônio do Fundo Verde será formado pela integralização de precatórios e créditos tributários que pessoas jurídicas possuem perante a União. Ato contínuo, os credores receberão, em contrapartida, quotas do Fundo Verde em valor equivalente aos créditos integralizados.

Nos termos do projeto de lei, o Fundo Verde será administrado pelo BNDES, instituição pública que já possui expertise na gestão desse tipo de veículo. Reitera-se, no entanto, que o Fundo Verde se diferencia dos demais fundos garantidores administrados pelo BNDES pelo fato de não contar com qualquer aporte de recursos públicos.

Por meio dessa inovadora modalidade de garantias, intermediada pelo Fundo Verde, pretende-se aproximar as instituições financeiras de empresas empenhadas em implementar projetos de desenvolvimento sustentável, já previamente aprovados e alinhados com as prioridades de renovação de nossa matriz energética.

Pela dinâmica natural do mercado, o montante total de empréstimos com juros reduzidos seria objeto de um importante efeito multiplicador, seguindo as regras tradicionais dos fundos de aval. Estimamos



que, para cada R\$ 1,00 integralizado ao Fundo, será possível conceder créditos na magnitude de cinco a dez vezes esse valor, e com foco exclusivo em investimentos sustentáveis.

2. Transação tributária condicionada ao investimento em desenvolvimento sustentável

O segundo instrumento do Programa é uma modalidade de transação tributária condicionada e vinculada ao investimento em projetos de desenvolvimento sustentável. Como contrapartida, é autorizada a concessão de descontos em relação a multa, juros e encargos legais, dispensada a análise do grau de recuperabilidade dos créditos transacionados, dentro dos limites já estabelecidos atualmente pela Lei da Transação Tributária - Lei nº 13.988, de 2020. Adicionalmente, permite-se que o valor das parcelas do saldo devedor seja calculado com base na receita bruta do empreendimento desenvolvido, de forma a auxiliar no êxito do projeto.

Salientamos que as morosas e combativas discussões tributárias geram um ambiente de insegurança jurídica que prejudica tanto o Estado, que não recebe os recursos, como as empresas, que são obrigadas a reter o valor discutido em balanço e não conseguem transformar o recurso em investimento produtivo. Diante da baixa eficiência da persecução do crédito tributário litigioso, entendemos que a concessão de descontos sobre o valor discutido trará benesses tanto na forma de incentivos ao investimento em infraestrutura, como para a alteração da matriz energética do País por uma mais sustentável.

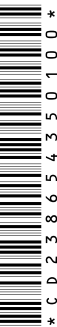
Cabe destacar que as demais previsões da Lei nº 13.988, de 2020, são mantidas e devem ser estritamente observadas na hipótese da transação proposta. Ademais, o referido normativo estabelece, entre as condições expressas para a fruição dos descontos aplicados à transação, a avaliação da conveniência e da oportunidade pela Fazenda Pública, em face dos casos concretos. Ressalte-se, por fim, que, em caso de descumprimento dos termos aprovados para a implantação do projeto de desenvolvimento sustentável, a transação poderá ser rescindida, com a cobrança dos débitos anteriormente negociados.



Diante do exposto, entendemos que o presente projeto de lei expande fortemente as possibilidades de financiamento de projetos dedicados a uma economia mais sustentável e ambientalmente amistosa, pelo que conclamamos os nobres Pares a apoiarem esta proposta.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ARNALDO JARDIM



FIM DO DOCUMENTO